

COMPROMISSOS DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: ENTRE TERRITORIALIDADES DO SABER E “SÍNTESE CULTURAL”

COMMITMENTS OF UNIVERSITY EXTENSION: BETWEEN TERRITORIALITIES OF KNOWLEDGE AND “CULTURAL SYNTHESIS”

Ianed da Luz Sousa 1
Rosária Helena Ruiz Nakashima 2
Dernival Venâncio Ramos Júnior 3

Resumo: A investigação do compromisso social da universidade pública, com os atores sociais de seu território pela extensão universitária, foi o enfoque deste artigo. Para isso, foram problematizados os conceitos de territorialidades do saber e “síntese cultural”, articulados com a transformação social. A partir da análise qualitativa de três ações extensionistas, evidenciou-se que há entraves e desafios para a efetivação do diálogo cultural da universidade com a sociedade, porém há projetos capazes de realizar uma educação humanista-libertadora, incluindo acadêmicos, docentes e comunidade. A partir da lógica freireana da denúncia, mas principalmente do anúncio de caminhos e soluções, convidamos os/as leitores/as para refletirem sobre a efetividade desses diálogos, em ações de extensão, capazes de construir novos conhecimentos técnicos, estéticos, científicos, populares, políticos e multi/interculturais.

Palavras-chave: *Universidade pública. Compromisso social. Extensão. Síntese cultural.*

Abstract: The research of the social commitment of the public university, with the social actors of its territory by the university extension, was the focus of this article. For this, the concepts of territorialities of knowledge and “cultural synthesis”, articulated with social transformation, were problematized. From the qualitative analysis of three university extension, it has been shown that there are obstacles and challenges for the cultural dialogue between the university and society, but there are projects capable of achieving a humanist-liberating education, including academics, teachers and the community. Based on the Freirean logic of denunciation but mainly on the announcement of ways and solutions, we invite readers to reflect on the effectiveness of these dialogues, in extension actions, capable of building new technical, aesthetic, scientific, popular, political, and multi/intercultural.

Keywords: *Public university. Social commitment. Extension. Cultural synthesis.*

Mestra em Estudos de Cultura e Território pela Universidade Federal do Tocantins (UFT). Licenciada em História pela Universidade Estadual do Tocantins (Unitins). Técnica em Assuntos Educacionais na Universidade Federal do Tocantins (UFT). Araguaína, Tocantins, Brasil. E-mail: ianed@uft.edu.br

Doutora em Educação pela Universidade de São Paulo (USP). Mestre em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Pedagoga. Professora do curso de Licenciatura em História e do Programa de Pós-graduação em Estudos de Cultura e Território (PPG-Cult) na Universidade Federal do Tocantins (UFT). Araguaína, Tocantins, Brasil. E-mail: rosaria@uft.edu.br

Doutor em História pela Universidade de Brasília. Professor do Curso de História, do Mestrado Profissional em Ensino de História e do Programa de Pós-graduação em Estudos de Cultura e Território (PPG-Cult) da UFT/Araguaína. E-mail: dernivaljunior@gmail.com

Introdução

Este artigo traz reflexões acerca do compromisso social da universidade com os sujeitos que compõem seu território, por meio de ações extensionistas, à luz do pensamento de Paulo Freire. A partir de uma discussão teórica interdisciplinar buscamos compreender as relações entre saber e poder, imbricadas com o papel da universidade pública em sua tarefa de inclusão social pela educação. Compreendemos o poder a partir da perspectiva de Foucault (1979), segundo o qual o poder está nas relações, isto é, não está em um único lugar e não há centro unitário; além disso, é produtivo, ou seja, produz saberes e novas relações de poder. Logo, na modernidade são constituídas hierarquias dos saberes em que “[...] a ‘verdade’ é centrada na forma do discurso científico e nas instituições que o produzem” (FOUCAULT, 1979, p.11), sendo que, para o autor, a verdade:

[...] não existe fora do poder ou sem poder [...]. Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua ‘política geral’ de verdade: isto é, os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos, a maneira como se sanciona uns e outros; as técnicas e os procedimentos que são valorizados para a obtenção da verdade; o estatuto daqueles que têm o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro. (*Ibid.*, p. 10).

A universidade, como produtora de discursos científicos e de relações de poder, contribui para a hierarquização dos saberes, ao validar alguns desses e subalternizar outros. Foucault propõe problematizar os saberes subalternizados por meio de uma genealogia que, nas palavras do autor, caracteriza-se como:

[...] o acoplamento do conhecimento com as memórias locais, que permite a constituição de um saber histórico das lutas e a utilização deste saber nas táticas atuais. [...] Trata-se de ativar saberes locais, descontínuos, desqualificados, não legitimados, contra a instância teórica unitária que pretenderia depurá-los, hierarquizá-los, ordená-los em nome de um conhecimento verdadeiro, em nome dos direitos de uma ciência detida por alguns. (*Ibid.*, p. 171).

Essa genealogia deve combater a institucionalização do discurso científico, para libertação dos saberes através da “insurreição dos saberes dominados” (*Ibid.*, p. 170). O discurso científico, do qual a universidade é sua legitimadora, determina a verdade e define o que pode ser ensinado ou não na formação do sujeito. Portanto, o paradigma educacional universitário se utiliza desse tipo de discurso para desclassificar os saberes não acadêmicos.

Nessa perspectiva, buscamos compreender o papel da extensão como promotora do diálogo social e cultural entre universidade pública brasileira e a sociedade, por meio da valorização dos saberes locais, reconhecendo também que esta instituição enfrenta obstáculos para cumprir seu compromisso social, e esses desafios colocam em risco sua própria existência.

As discussões de Santos (2011, 2018) e Chauí (2001, 2003) nos auxiliaram na compreensão sobre o contexto e a conjuntura atual da universidade, ao defenderem a necessidade de sua articulação aos interesses e desafios de seu território. A discussão sobre extensão universitária foi amparada pelo pensamento de Paulo Freire (2017a), ao defender que a extensão é fundamentalmente um processo de comunicação com a sociedade.

Chauí (2003) argumenta que a universidade é uma instituição reprodutora dos con-

flitos e dos modos de pensar da sociedade, ou seja, ela não se configura um ente separado, pois encontrarmos nela as tendências políticas da sociedade. Nas palavras da autora:

[...] é um equívoco colocar a relação entre universidade e sociedade como relação de exterioridade, isto é, tomar a universidade como uma entidade independente que precisa encontrar mecanismos ou instrumentos para relacionar-se com a sociedade. Penso que ao contrário, a universidade é uma instituição social e como tal exprime, de maneira determinada, a estrutura e o modo de funcionamento da sociedade como um todo. (*Ibid.*, p. 67).

Em um cenário em que a educação brasileira passa por questionamentos sobre sua eficácia e tentativas de retrocesso, por parte da elite política, que assume o poder central, discutir a filosofia de Paulo Freire nos parece bastante oportuno. Ele foi um educador que exerceu seu papel político em defesa do diálogo, da conscientização e da libertação. Assim, concordamos que a universidade pública no Brasil deve desenvolver esse papel na sociedade, lembrando que “as universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão” (BRASIL, 1988, p. 160).

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) 9394/96, entre as finalidades da Educação Superior está a de promover a extensão, caracterizada pela abertura “[...] à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica geradas na instituição” (BRASIL, 1996, p. 33). Logo, acreditamos em ações extensionistas que, devido ao seu caráter interdisciplinar, possibilitem a promoção de diálogos entre os saberes produzidos na parceria universidade e sociedade. No livro “Extensão ou Comunicação?”, Freire (2017a) esclarece o caráter autoritário e antidialógico das atividades de extensão que se baseiam na ideia de “estender”, visando à “invasão cultural”. Nas palavras do próprio autor:

[...] Toda invasão sugere, obviamente, um sujeito que invade. Seu espaço histórico-cultural, que dá sua visão de mundo, é o espaço de onde ele parte para penetrar outro espaço histórico-cultural, superpondo aos indivíduos deste seu sistema de valores. (*Ibid.*, p. 48).

Ainda para esse autor, “o autoritarismo não está necessariamente associado a repressões físicas. Dá-se também nas ações que se fundamentam no ‘argumento de autoridade’. ‘Isto é assim porque é – a técnica já o disse –, não há que discordar, mas, sim, que aplicar’” (*Ibid.*, p. 49). Por isso, a educação é acima de tudo “[...] comunicação, é diálogo, na medida em que não é a transferência de saber, mas um encontro de sujeitos interlocutores que buscam a significação dos significados” (*Ibid.*, p. 89).

Boaventura de Sousa Santos, em um texto escrito em 1994 – portanto há mais de duas décadas – já denunciava a crise da universidade, ao destacar que seu modelo disciplinar e descontextualizado não atende mais as necessidades da sociedade e defende uma “[...] reforma criativa, democrática e emancipatória da universidade pública” (SANTOS, 2011, p. 55). O mesmo autor identifica a globalização neoliberal como uma das grandes responsáveis pela crise na universidade; expõe a necessidade de uma globalização alternativa, isto é, contra-hegemônica. Para ele, é necessário que a universidade reconquiste a legitimidade, e a extensão é uma das áreas prioritárias por ser promotora de “[...] apoio solidário na resolução dos problemas da exclusão e da discriminação social e de tal modo que nele se dê voz a grupos excluídos e discriminados” (*Ibid.*, p. 74).

Santos (2011) esclarece que o reforço da responsabilidade social universitária será necessário para reconquistar sua legitimidade, sem deixar de cobrar do Estado as condições financeiras e institucionais para seu funcionamento. O mesmo autor alerta para o novo sentido que a extensão universitária deverá ganhar no futuro próximo, que pode ser uma alternativa da universidade ceder às pressões do capitalismo global, porém, é necessário que essa instituição tome cuidado para que a extensão não se transforme em atividades destinadas à arrecadação de recursos.

[...] No momento em que o capitalismo global pretende funcionalizar a Universidade e, de fato, transformá-la numa vasta agência de extensão ao seu serviço, a reforma da Universidade deve conferir uma nova centralidade às atividades de extensão (com implicações no *currículum* e nas carreiras dos docentes) e concebê-las de modo alternativo ao capitalismo global, atribuindo às Universidades uma participação ativa na construção da coesão social, no aprofundamento da democracia, na luta contra a exclusão social e a degradação ambiental, na defesa da diversidade cultural. (*Ibid.*, p. 73).

Assim, o diálogo se torna o caminho fundamental para fortalecer a parceria universidade-sociedade, criando práticas culturais que valorizem os saberes não-acadêmicos, condizentes com a defesa de sua autonomia didático-científica e a inclusão social. Para analisar essas questões empiricamente, nosso *lócus* de pesquisa foi a Universidade Federal do Tocantins (UFT), Câmpus de Araguaína, sob a ótica dos documentos institucionais e de algumas ações de extensão.

Metodologia

A presente pesquisa foi realizada na UFT, Câmpus Universitário de Araguaína, em três cursos de licenciatura, nas áreas de Ciências Humanas e Letras, sendo os cursos de História, Geografia e Letras. Foi uma pesquisa qualitativa, de cunho exploratório-descritivo, incluindo técnicas de pesquisa como: análise de documentos institucionais, consulta aos relatórios do Sistema de Informação e Gestão de Projetos (SIGProj), do Ministério da Educação, para seleção dos projetos, e entrevistas com docentes dos três cursos. A pesquisa qualitativa, segundo Gutberlet e Pontuschka (2010, p. 219):

[...] de forma geral, privilegia a análise de micro processos, os estudos das ações sociais individuais e grupais e realiza um exame intensivo dos dados coletados por diversos métodos específicos. Na análise, a intuição e a imaginação são ferramentas importantes para discutir os fenômenos e contribuir no processo de criação de conhecimento.

Quanta à classificação desta pesquisa, para Gil (2008, p. 41):

Pesquisas exploratórias [...] têm objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses. Pode-se dizer que estas pesquisas têm como objetivo principal o aprimoramento de ideias ou a descoberta de intuições. Seu planejamento é, portanto, bastante flexível, de modo que possibilite a consideração dos mais variados aspectos relativos ao fato estudado. [...] Há, porém, pesquisas que, embora definidas como descritivas com base em seus objetivos acabam servindo

mais para proporcionar uma nova visão do problema, o que se aproxima das pesquisas exploratórias. As pesquisas descritivas são, juntamente com as exploratórias, as que habitualmente realizam os pesquisadores sociais preocupados com a atuação prática.

O recorte para a seleção dos projetos delimitou os últimos cinco anos e meio, ou seja, de janeiro de 2013 a junho de 2018, a fim de incluir projetos mais atualizados para que, no momento das entrevistas, seus proponentes pudessem mobilizar, com mais precisão, elementos significativos dessas três experiências extensionistas (Quadro 1). Os interlocutores da pesquisa são docentes, coordenadores das ações de extensão selecionadas e foram entrevistados individualmente¹.

A partir da leitura do resumo disponível para consulta pública, no referido sistema, buscamos selecionar as ações que se aproximassem dos seguintes critérios: ações nos cursos de licenciaturas; ações que se aproximassem das diretrizes das metodologias participativas; ações de extensão baseados nos princípios que regulamentam a extensão universitária na UFT, previsto na Resolução nº 08, de 14 de março de 2018.

Quadro 1: Principais informações das ações de extensão selecionadas para pesquisa.

| Nome do projeto | Curso de Licenciatura | Nome do coordenador | Público-alvo/modalidade | Participantes das ações |
|---|-----------------------|--------------------------------|--|---|
| A Geografia do Tocantins em escola pública da zona rural do entorno de Araguaína, Tocantins | Geografia | Eliseu Pereira de Brito | Comunidades rurais do entorno da cidade/Ação de extensão | Acadêmicos, estudantes da Educação Básica, professores das escolas rurais e de pequenas cidades, moradores de povoados, comunidades rurais. |
| Construindo Saberes: Agricultura Familiar e Movimento Agroecológico | História | Dernival Venâncio Ramos Júnior | Docentes e discentes da instituição e comunidade em geral. | Agentes da CPT, acadêmicos, camponeses do Quilombo Grovão, três docentes da universidade. |
| Projeto Grafite: arte democrática | Letras | Eliane Cristina Testa | Acadêmicos, docentes e comunidade em geral. | Grafiteiros, acadêmicos, servidores técnico-administrativos e professores da universidade. |

Fonte: Dados da pesquisa (2019).

Investigar questões relacionadas à extensão universitária exige um olhar interdisciplinar, dada à complexidade do tema, por isso nesta pesquisa mobilizamos autores de diferentes áreas do conhecimento (Sociologia, Geografia, Pedagogia, Filosofia e Letras), em busca de um olhar mais amplo e profundo sobre o tema. Pombo (2008, p. 18) ressalta

¹ A pesquisa foi cadastrada na Plataforma Brasil, uma base nacional e unificada de registros de pesquisas envolvendo seres humanos para todo o sistema da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa. Parecer 3.053.461 CEP/Hospital de Doenças Tropicais da Universidade Federal do Tocantins, bem como, as devidas assinaturas do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

a necessidade de enfrentar as mudanças no modo de fazer ciência e concebe o espírito científico como “[...] dialógico, democrático, cooperativo e de vocação universal”. Nesse sentido, a autora apresenta uma proposta de definição para o conceito de interdisciplinaridade, considerando que se trata de uma convergência/cominação entre as disciplinas e assinala que o modelo analítico das ciências sociais contemporâneas, apesar dos frutos, deve se reconhecer como insuficiente, diante da realidade complexa e multifacetada.

Nesse esforço de problematizar a extensão universitária, em uma perspectiva interdisciplinar, discutiremos, a seguir, como as territorialidades do saber podem ser fontes de inspiração na valorização dos conhecimentos locais.

Territorialidades do saber e extensão universitária

Para problematizarmos as territorialidades do saber nos apoiaremos em Haesbaert (2016, p. 79) ao afirmar que “[...] o território pode ser concebido a partir da imbricação de múltiplas relações de poder, do poder material das relações econômico-políticas ao poder mais simbólico das relações de ordem mais estritamente cultural”. Logo, utilizaremos o termo territorialidades, também discutida por Haesbaert (2016), para compreendê-las no ensino superior, como territorialidades do saber, sinalizando o papel que a universidade ocupa na construção de conhecimentos e articulações com o discurso científico.

Desse modo, para Haesbaert (2016, p. 87), “as formas mais familiares de territorialidade humana são os territórios juridicamente reconhecidos, a começar pela propriedade privada da terra, mas a territorialidade se manifesta também em diversos contextos sociais”. Esse autor considera que vivemos uma multiterritorialidade, sendo essa “[...] no sentido de experimentar vários territórios ao mesmo tempo e de, a partir daí, formular uma territorialização efetivamente múltipla [...]” (p. 344), por isso destaca a importância de nos reconhecermos enquanto sociedade multicultural, que:

[...] Geograficamente falando, pensar multiterritorialmente significa pensar tanto em múltiplos poderes (ou “governanças”) quanto em múltiplas identidades (em espaços culturalmente mais híbridos) e mesmo em múltiplas funções [...] – em síntese, em debate complexo em prol da perspectiva maior de construção de uma sociedade, ao mesmo tempo mais universalmente igualitária e mais multiculturalmente reconhecedora das diferenças humanas. (HAESBAERT, 2007, p. 43).

A extensão universitária, como espaço de comunicação entre universidade e sociedade, poderá desempenhar importante papel na efetivação da territorialidade do saber, uma vez que permite articular o conhecimento científico e os populares ou não acadêmicos, criando novas epistemologias, a partir de diferentes contextos. Mediante o exposto, apresentamos reflexões sobre a universidade que, ao buscar ações de transformação social, precisa superar seu isolamento, reconhecendo a importância de dialogar com a sociedade local, para superar questões pontuadas por Freire (2018b, p. 198), quando ele lembra que “[...] de fato, explicitamente, não tenho falado muito da universidade, mas, implicitamente sim. O problema da universidade brasileira é que ela tem sido, em todos estes anos, elitista, autoritária e distanciada da realidade”.

Freire (2015) esclarece sua concepção de universidade e a critica por não considerar o contexto social como ponto de partida, ou seja, não conseguir dialogar com sua realidade, caracterizando-se como “estrangeira à sua cidade” e, se ela não assume seu contexto não pode modificar sua realidade:

[...] Uma universidade estrangeira à sua cidade, a ela superposta, é uma ficção alienada e alienante. Não pretendo dizer que a universidade deve ser a pura expressão de seu meio, mas para que possa movê-lo e não apenas reproduzi-lo é preciso que com ele se identifique ou vá se identificando. [...] se faz indispensável que a universidade tenha no seu contexto original seu ponto de partida de sua ação. (*Ibid.*, 211).

Nessa conjuntura, as ações de extensão que contribuam na construção de processos identitários locais, em recíproco sentimento de pertencimento, assumem importância para a compreensão de como a territorialidade do saber pode ser fortalecida na relação dialógica do saber acadêmico com os saberes locais. Escobar (2005) reforça a importância do lugar nas discussões sobre os saberes, que foi marginalizado pela globalização e, na aceção o autor:

[...] O lugar, em outras palavras, desapareceu no 'frenesi da globalização' dos últimos anos, e este enfraquecimento do lugar tem consequências profundas em nossa compreensão da cultura, do conhecimento, da natureza, e da economia. Talvez seja o momento de reverter algumas destas assimetrias ao focar novamente a constante importância do lugar e da criação do lugar, para a cultura, a natureza e a economia [...]. (*Ibid.*, p. 63).

As práticas baseadas nos conhecimentos locais são socialmente significativas, o que implica em visibilizar e valorizar os conhecimentos não acadêmicos, mas Escobar (2005, p. 64) nos alerta das consequências da marginalização do lugar e das dicotomias criadas pelo pensamento ocidental, ao afirmar:

[...] Um aspecto final da persistente marginalização do lugar na teoria ocidental é o das consequências que teve no pensar das realidades submetidas historicamente ao colonialismo ocidental. O domínio do espaço sobre o lugar tem operado como um dispositivo epistemológico profundo do eurocentrismo na construção da teoria social. Ao retirar ênfase da construção cultural do lugar a serviço do processo abstrato e aparentemente universal da formação do capital e do Estado, quase toda a teoria social convencional tornou invisíveis formas subalternas de pensar e modalidades locais e regionais de configurar o mundo.

Paulo Freire defendeu partir da cultura local, ou seja, do contexto dos próprios educandos para criar uma proposta de educação que vai da alfabetização à universidade, mais do que isso, ele criou uma filosofia educacional baseada na liberdade e na esperança. Entretanto, não uma esperança inocente de esperar, mas uma esperança realizadora, nas palavras do autor: "Não é, porém, a esperança um cruzar de braços e esperar. Movo-me na esperança enquanto luto e, se luto com esperança, espero" (FREIRE, 2017c, p. 114).

Assim, defendemos que as atividades de extensão, que dialogam com a sociedade, podem apontar para a criação de novas territorialidades educacionais, que permitam um olhar mais amplo e plural para relação homem-mundo superando as dicotomias, buscando compreender o ser humano em suas várias dimensões. Escobar (2005) nos alerta também que tão importante quanto "repensar os conhecimentos locais" é não se deixar cair no perigo da "subordinação do conhecimento local", isto é:

[...] Talvez o mais importante de nossos objetivos seja que esta nova forma de pensar contribua para desmontar a dicotomia entre natureza e cultura, que é fundamental para o domínio do conhecimento especializado em considerações epistemológicas e gerenciais. (*Ibid.*, p. 67).

Dessa maneira, consideramos a necessidade de a universidade articular suas funções com as problemáticas de seu território, para isso é necessário que ela deixe de pensar apenas em si mesma, sem considerar sua realidade local ou agir como portadora de verdades e soluções, sem ouvir os atores de seu contexto.

Por todo exposto, as territorialidades do saber permitem entender a complexidade da sociedade, ampliando o olhar para humanização dos sujeitos e suas relações com o mundo, na sua totalidade, sinalizando a possibilidade de práticas sociais que considerem as diferenças.

“Síntese cultural” e transformação social

Nesta pesquisa buscamos problematizar a extensão universitária na UFT a partir dos documentos institucionais e do pensamento de Paulo Freire, além de dialogamos com as entrevistas de três docentes, coordenadores das ações de extensão, para compreendermos como é possível um processo de *síntese cultural* entre universidade e sociedade.

Para Freire (2017c, p. 247) na “síntese cultural” “(...) os atores se integram com os homens do povo, atores também, da ação que ambos exercem sobre o mundo”, e o autor continua:

[...] Na **síntese cultural**, onde não há espectadores, a realidade a ser transformada para a libertação dos homens é a incidência da ação dos atores. [...] Em lugar de esquemas prescritos, liderança e povo, identificados, criam juntos as pautas para sua ação. Uma e outro, na síntese, de certa forma renascem num saber e a ação da liderança, mas dela e do povo. (...) A síntese cultural não nega as diferenças entre uma visão e outra, pelo contrário, se funda nelas. O que ela nega é a invasão de uma pela outra. O que ela afirma é o indiscutível subsídio que uma dá à outra. (*Ibid.*, p. 247- 249).

No Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) estão expressas as preocupações da UFT, em relação a sua responsabilidade social, isto é:

[...] A inclusão no âmbito econômico e cultural [...] perpassa pela preocupação em torná-la uma instituição inclusiva, com práticas que se voltam para a concretização da equidade social (de gênero e étnica) assim como cursos que pedagogicamente articulem o ensino, pesquisa e extensão, baseados pela interdisciplinaridade, com intuito do desenvolvimento sustentável da Amazônia. (UFT, 2016, p. 42).

Assim, a UFT propõe que por meio da extensão:

[...] a comunidade acadêmica encontra na sociedade a oportunidade de colocar em prática o conhecimento acadêmico. Além disso, no retorno à Universidade, docentes e discentes trazem um aprendizado que, submetido à reflexão teórica, é acrescido àquele conhecimento (UFT, 2018).

Nas entrevistas com os docentes das ações de selecionadas, questionamos como surgiu a ideia da atividade de extensão e que desdobramentos ocorreram a partir dessas ações.

Em uma perspectiva de “síntese cultural”, Brito (2018) afirmou que sua ação extensionista: *A Geografia do Tocantins em escola pública da zona rural do entorno de Araguaína –Tocantins*, desenvolvida com acadêmicos, estudantes da Educação Básica, professores das escolas rurais e de pequenas cidades, moradores de povoados e comunidades rurais, surgiu da necessidade de ultrapassar os muros da universidade e de seu cuidado em articular ensino, pesquisa e extensão:

Desde que entrei em 2009, na UFT de Araguaína, sempre tive o cuidado de andar com a pesquisa, ensino e extensão, [...] precisava com os alunos ultrapassar os muros da universidade; não podia fazer uma Geografia em sala de aula apenas, precisava transpor isso, porque os alunos precisavam conhecer um pouco mais, a experiência propriamente geográfica, aí foi quando eu fiz uma viagem das mais loucas que eu planejei. Fomos até Porto Alegre de ônibus [...] fui pensando que a universidade precisava transpor esses muros, que os alunos precisavam ir também [...] a outros lugares, discutir com outras universidades e aprender com outras realidades. A partir deste contexto comecei a pensar que também poderia articular a universidade junto ao entorno da cidade de Araguaína. [...] Em Darcinópolis comecei com a ideia de ir lá fazer um trabalho de campo, quando eu cheguei à comunidade, ela me apresenta uma demanda deles, eles precisavam de um planejamento e diagnóstico com viabilidade para uso sustentável e com o ecoturismo e para a agricultura familiar [...] estou tentando integrar outros cursos [...] um grupo que fosse fazer esse plano junto com essa comunidade. Então, a partir dessas ideias foi surgindo outra questão, que é: entrar nas comunidades com a UFT, aí pensei, o plano mais estratégico seria entrar nas comunidades a partir do ensino de Geografia do Tocantins, daí começamos a formar um projeto que seria para o Bico do Papagaio², que é o projeto maior. A partir daí [...] levar a UFT de uma forma mais precisa, trazendo a importância do contexto regional da universidade, aí foi quando começamos as primeiras experiências [...] levamos para as escolas das comunidades do entorno de Araguaína, daí você leva a UFT para as escolas, e não ficam só as escolas, a comunidade vem também para nos ouvir. [...] Então o projeto surgiu daí.

Quando Brito (2018) cita que a comunidade apresentou sua demanda e isso o mobilizou para integrar outros cursos no projeto, reconhece que a extensão universitária, por sua vez, precisa fugir de seu caráter assistencialista e procurar discutir com seus interlocutores as soluções de seus problemas, evitando respostas prontas para serem aplicadas, desconsiderando a cultura local.

Para Hall (2016), a cultura nos permite partilhar valores, significados, conceitos, ideias e o senso de pertencimento, dentro dessa sociedade; tendo na linguagem um importante mecanismo para conduzirmos as práticas das significações da sociedade em que estamos inseridos. O mesmo autor afirma que a cultura não está apenas no plano mental, ela consegue influenciar nosso cotidiano e cria efeitos reais sobre nossas relações huma-

² Bico do Papagaio refere-se “à região situada no extremo norte do Estado, a região do Bico do Papagaio é uma área de transição entre a fauna e a flora do cerrado e da Amazônia. A região do Bico do Papagaio está localizada entre os rios Araguaia, a Oeste, e Tocantins, a Leste; fazendo fronteira entre o Estado do Pará, a Oeste, e Maranhão, a Leste”. Fonte: Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia, Turismo e Cultura. Disponível em: <https://turismo.to.gov.br/regioes-turisticas/bico-do-papagaio/>

nas, regulando nossa conduta em sociedade.

Assim, quando as universidades públicas desenvolvem ações extensionistas hegemônicas, sem levar em consideração as características locais, acaba por reforçar a “invasão cultural” (FREIRE, 2017b). Por outro lado, ao respeitar as características locais e suas culturas, é possível construir uma relação dialógica e horizontal, considerando que o conhecimento é construído pela troca de saberes. Nessa perspectiva, na experiência extensionista de Brito (2018):

[...] Você consegue integrar a universidade as comunidades, você leva informação e conhecimento e ao mesmo tempo consegue trazer conhecimentos, porque tento integrar o seguinte: eu faço troca de saberes e conhecimentos, estou levando conhecimentos acadêmicos para dentro da comunidade e ao mesmo tempo [...], nós estamos trazendo conhecimentos para se discutir dentro da sala de aula, ou seja, novas experiências.

Para a docente Testa (2018), o projeto grafite surgiu da necessidade de interferir na paisagem do câmpus, como forma de identificação dos acadêmicos com a universidade, usando a linguagem artística.

[...] Percebi que faltava mais arte, algo que falasse mais próximo aos jovens que transitam pelo nosso câmpus e que transformasse e afetasse o espaço, de maneira que os jovens tivessem algo para eles se identificarem que também não está só dentro dos muros da universidade. Então, pensei no grafite, porque sendo arte urbana, ele está espalhado pela cidade pelos muros, pelas construções abandonadas, ou seja, o grafite tem uma linguagem jovem, urbana, uma linguagem de arte mais democrática. Inclusive o nome do projeto, “grafite: arte democrática”, veio pela consulta que eu fiz a um dos artistas, o Rodrigo, sugeriu. Nessa ideia de democratização no sentido não está só nas galerias de arte, dentro de espaços fechados, mais que compõe espaços urbanos e que venha também dentro da nossa universidade, dando outra cara, compondo outro espaço para o jovem e para nos professores e técnicos, trazendo arte dentro da universidade.

Destacamos o papel da universidade pública na promoção da inclusão social, por meio da educação, apontando para criação de novas territorialidades que permitam um olhar mais amplo e plural para relação homem-mundo, bem como um território que (re) produz desigualdades em suas relações de poder. Não se trata de defender apenas a aproximação do conhecimento produzido no âmbito da universidade com a sociedade, mas, efetivamente, de que a sociedade é também fonte original de conhecimento e (co)produtora de saberes necessários para a convivência humana.

Ramos Junior (2018), que desenvolveu a ação “Construindo Saberes: Agricultura Familiar e Movimento Agroecológico” com a comunidade quilombola do Grotão, em que envolveu também agentes da CPT, acadêmicos e outros docentes da universidade, destacou que os movimentos sociais veem a universidade com certa desconfiança, por exemplo, pelo histórico de projetos aprovados por docentes da UFT que chegam às comunidades, com as ideias prontas, em uma perspectiva de “invasão cultural”. A ação coordenada por ele surge da necessidade que percebe em suas aulas, como por exemplo: a presença de alunos e alunas de comunidades quilombolas, capoeiristas, indígenas e camponeses na universidade:

[...] Esses sujeitos trazem outras demandas, eles trazem a

demanda de outra universidade, eles acabam provocando a construção de uma universidade, assim..., me parece que eles me tencionam, vou dar um exemplo prático: [quando] eu falo de conquista da América com alunos indígenas em sala, é um negócio complicado. Então tive que mudar muito minha disciplina de América, para falar de conquista, porque era muito tranquilo falar de conquista enquanto não tinha alunos indígenas ou tinha um aluno, quando você tem quatro, cinco alunos indígenas que estão ouvindo aquilo, ou seja, uma história do ponto de vista eurocêntrico. É... Isso acabou me interpelando muito pessoalmente.

Esse trecho da entrevista de Ramos Júnior (2018) nos remete à discussão de Santos (2018), ao considerar a extensão um importante espaço de diálogo com a sociedade, e este, nunca foi tão importante como hoje, momento em que algumas universidades públicas vivem ataques neoliberais, por tentarem integrar em sua cultura, outras formas de conhecimentos, outras epistemologias. Para Santos (2018) a universidade deve fazer uso de sua autonomia de forma contra-hegemônica e “transformar-se em uma **pluriversidade**”. **Nas palavras do autor:**

[...] Há uma pluralidade enorme de conhecimentos fora da universidade: conhecimentos rurais, urbanos, populares, das mulheres. Por que a universidade nunca os levou em conta? Porque a universidade não se descolonizou. Seus conteúdos, suas ciências sociais, sua história, são colonialistas. Para se defender como bem público, a universidade deve fazer uma autocrítica profunda, contra si mesma. Deve deixar a ideia arrogante de que é a única fonte de conhecimento, abrir-se para dialogar com outros saberes. Necessitamos criar **Epistemologias do Sul**. (SANTOS, 2018, n.p., grifo do autor).

Nessa mesma linha de raciocínio, para Freire (2017c), a síntese cultural implica uma conduta de ação na estrutura social, de modo a superar a alienação, ou seja, uma construção que também é coletiva, visto que a libertação, de mulheres e homens, acontece pelo desarmamento das forças opressoras. Assim,

[...] a síntese cultural é a modalidade de ação com que, culturalmente, se fará frente à força da própria cultura, enquanto mantenedora das estruturas em que se forma. Desta maneira, este modo de ação cultural, como ação histórica, se apresenta como instrumento de superação da própria cultura alienada e alienante. (*Ibid.*, p. 247).

O professor Ramos Junior (2019) acredita que a experiência evidenciou ganhos interessantes, como a valorização dos saberes tradicionais. Nesse sentido, o professor acredita que tenha alcançado ganhos formativos.

[...] Então, você já tem uns resultados qualitativos muito interessantes, cria a ideia assim “ah agroecologia, nosso jeito de produzir está certo”. Lógico que queremos resultados também práticos, nosso maior objetivo é a construção da comunidade prática: que é essa comunicação entre a universidade e comunidades. [...] Dentro da comunidade acadêmica o

impacto também tem sido grande, já tem monografia sobre o quilombo, dissertação sobre outra comunidade que a agroecologia está bem avançada. São ganhos, mas que eu chamaria de formativo.

Para a docente Testa (2018), o Projeto Grafite contribuiu para maior contato dos acadêmicos do câmpus com arte e, conseqüentemente, mudanças nas maneiras de enxergar as diferenças humanas.

[...] A visitação do espaço grafite que ficou bem localizada. Todo mundo tira foto no espaço, agrega porque afeta o espaço e a relação do espaço com as pessoas, primeiramente porque munda da cara do Câmpus [universitário] porque você da outra possibilidade das pessoas se sensibilizarem diante da arte, afeta o espaço, muda o olhar do acadêmico. Essa sensibilização para a arte já é uma mudança de paradigma, de postura, de olhar, você traz a arte para dentro da universidade, as pessoas querem estar presentes juntos da criação. Virou pesquisas também [outro professor está também pesquisando o assunto], estudos, artigos, os desdobramentos podem gerar outras coisas que até eu desconheço, podem ter surgido a partir dessas imagens do grafite, [...] dar oportunidade para o aluno de ter um olhar mais sensível voltado para arte.

Ao discutirmos a “síntese cultural” e sua articulação com a transformação social, observamos a importância de projetos que se inspiram em metodologias participativas, como importantes instrumentos para uma extensão universitária dialógica, em busca de uma relação menos desigual entre os saberes acadêmicos e populares.

Streck (2016, p. 538) considera que as metodologias participativas são, “[...] aquelas metodologias nas quais os sujeitos da pesquisa são considerados coprodutores de conhecimento”. Para o autor, a família das metodologias participativas compreende a pesquisa participante, a investigação temática, a *investigación acción participativa* (IAP) e a sistematização de experiências. Ainda de acordo com Streck (2016), “[...] em que pesem as suas diferenças, [essas] comungam com a educação popular o propósito de desenvolver um conhecimento inserido na emancipação do sujeito e na transformação da realidade” (p. 538).

Acreditamos que as três ações apresentadas são exemplos de como a universidade pode cumprir seu compromisso social da inclusão pela educação, respeitando os conhecimentos locais e promovendo a integração com os saberes acadêmicos. Assim, para além de uma instituição meramente propositiva, a universidade precisa estar imbricada no processo de construção das práticas sociais que promovam a emancipação dos grupos atores social de seu território.

A criação das territorialidades do saber e a efetivação da síntese cultural, por meio da extensão, além de promover o diálogo horizontal com a sociedade, deve se efetivar também como um espaço de problematização das relações assimétricas que estão presentes na sociedade e nas relações internas da universidade. Nesse sentido, Chauí (2001, p. 120) critica a tentativa da universidade de esconder a relação saber e poder, pois

[...] Por mais seletiva e excludente que seja que seja a universidade, ainda assim, em seu interior, reaparecem divisões sociais, diferenças políticas e projetos culturais distintos, ou seja, a universidade é uma instituição social [...]. O que é angustiante é a universidade sempre esconder isso [...]. Ela periodicamente opera com eles, mas se recusa em nome

da suposta vocação científica aceitar aquilo que é a marca do Ocidente: a impossibilidade de separar conhecimento e poder.

Ressaltamos a importância de a extensão fundamentar-se em uma ação dialógica, em cursos de formação inicial de professores, considerando o fato de que o/a educador/a se constrói no processo, compreendendo que o inacabamento do ser torna um “saber fundante da nossa prática educativa, da formação docente, o da nossa inconclusão assumida” (FREIRE, 2017b, p. 57).

Os cursos de formação inicial de professores as licenciaturas precisam valorizar na formação acadêmica, do futuro professor, o reconhecimento de nossas diferenças culturais, isto é, as relações entre educação e cultura devem ser fortalecidas, para que eles possam praticar a “síntese cultural” no cotidiano escolar. Ressaltamos que o nosso *lócus* de pesquisa foi uma universidade localizada na região norte do Brasil, e como tal se faz necessário que nossos futuros educadores reconheçam, em seu contexto, o ponto de partida para sua formação e ações pedagógicas. Em outras palavras, os/as alunos/as dos cursos de licenciatura da UFT, em boa parte, são oriundos de pequenas cidades, de comunidades indígenas e quilombolas, da zona rural etc., fazendo-se necessário o reconhecimento dos seus contextos social e cultural, do contrário, enquanto universidade estaremos contribuindo para intensificar a *invasão cultural*.

Considerações Finais

A partir das reflexões empreendidas, defendemos que as ações de extensão universitária podem se concretizar em espaços de diálogo e transformação tanto para a universidade como para a sociedade. Acreditamos que sem o reconhecimento do seu contexto, como ponto de partida, não será possível anunciar as soluções para esses desafios. Nesse sentido, entendemos que um dos caminhos é o diálogo interdisciplinar, que pode contribuir para superar os desafios de realizar essa importante tarefa que a universidade se propõe, por meio de práticas emancipatórias, considerando a multidimensionalidade e a complexidade na abordagem dos problemas sociais.

Ressaltamos a necessidade de se valorizar o trabalho extensionista, pois o contato com a realidade local e regional demanda tempo, responsabilidade e dedicação de docentes, acadêmicos e membros das comunidades. A extensão universitária tem o potencial de se efetivar como uma cultura criadora de práticas, com um importante papel na transformação e luta pela redução das desigualdades sociais e, principalmente, como tentativa da universidade pública cumprir seu compromisso social, com a emancipação das classes populares.

A possibilidade do diálogo cultural da universidade com a sociedade encontra muitos entraves e desafios, porém se mostra capaz de realizar uma educação humanista-libertadora, incluindo os acadêmicos, docentes e comunidade. A partir da lógica freireana da denúncia, mas principalmente do anúncio de caminhos e soluções, convidamos os/as leitores/as para refletirem sobre a efetividade desses diálogos, em ações de extensão, capazes de construir novos conhecimentos técnicos, estéticos, científicos, populares, políticos e multi/interculturais.

A partir da base teórica apresentada, reconhecemos que a extensão é um canal privilegiado para se conhecer a sociedade, por ser um espaço que permite romper com o isolamento e a fragmentação das disciplinas curriculares, ou seja, um campo aberto para se trabalhar temas transversais como política, saúde, desenvolvimento sustentável, agroecologia, arte, direitos humanos, economia solidária, esporte, cultura, território etc. Por fim, ressaltamos a importância da extensão universitária no cenário atual, fundamentada na comunicação da universidade com os atores sociais de seu território, como forma de visibilizar suas ações e construir formas alternativas de conhecimentos contextualizados.

Referências

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: 1988. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2005. 437 p. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/legislacaoConstituicao/anexo/CF.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2018.

_____. **Lei nº 9394, 20 de dezembro de 1996**. Institui a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/529732/lei_de_diretrizes_e_bases_1ed.pdf. Acesso em: 20 jun. 2018.

CHAUÍ, Marilena de Souza. A universidade pública sob nova perspectiva. **Revista Brasileira de Educação**, n. 24, p. 5-15, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n24/n24a02.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2018.

_____. **Escritos sobre universidade**. São Paulo: Editora da UNESP, 2001.

ESCOBAR, Arturo. O lugar e a natureza do lugar: globalização ou pós-desenvolvimento? In: LANDER, Edgardo (Org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais**. Perspectivas latino americanas. Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. Colección Sur Sur, Clacso, 2005. p. 63-64.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Tradução e organização Roberto Machado. 15. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou Comunicação?** Tradução Rosiska Darcy de Oliveira. 18. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2017.

_____. **Cartas a Cristina**: reflexões sobre minha vida e minha práxis. Organização e notas de Ana Maria Araújo Freire. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2015.

_____. **Pedagogia da Esperança**: um reencontro com a Pedagogia do Oprimido. 24. ed. São Paulo/Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2018a.

_____. **Pedagogia do Oprimido**. 64. ed. Rio de Janeiro/ São Paulo: Paz e Terra, 2017c.

_____. **Pedagogia da Tolerância**. Organização, apresentação e notas de Ana Maria Araújo Freire. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2018b.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas S.A, 2008. 175 p.

GUTBERLET, Jutta; PONTUSCHKA, Nídia. Pesquisa qualitativa sobre consumo: experiências interdisciplinares. **Olhar do professor**. Ponta Grossa, v.13, p. 217-224, 2010.

HAESBAERT, Rogério Costa. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. 9. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2016.

_____. Territórios e Multiterritorialidade: um debate. **GEOgraphia**. Niterói, v. 9, n. 17, p. 1-28, 2007. Disponível em: <http://www.geographia.uff.br/index.php/geographia/article/view/213/205>. Acesso em: 7 out. 2017.

HALL, Stuart. **Cultura e representações**. Organização e Revisão Técnica: Arthur Ituassu. Tradução: Daniel Miranda e William Oliveira. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio: Apicuri, 2016.

POMBO, Olga. Epistemologia da Interdisciplinaridade. **Revista Ideação**. Foz do Iguaçu,

v.10, n. 1, p. 9-40, 2008. Disponível em: <http://erevista.unioeste.br/index.php/ideacao/article/view/4141/3187>. Acesso em: 10 out. 2017.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. Boaventura de Sousa Santos destrincha o assédio neoliberal às universidades. [Entrevista concedida] **Javier Lorca**. **Revista IHU ON-LINE**, São Leopoldo- RS, 16 junho, 2018.

_____. **Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade**. Porto: Afrontamento, 1994.

Universidade Federal do Tocantins. **Plano de Desenvolvimento Institucional**. 2016.

_____. Resolução nº 08 de 14 de março de 2018. **Regulamento das Ações de Extensão da Universidade Federal do Tocantins**. Disponível em: [https://docs.uft.edu.br/share/proxy/alfresco-noauth/api/internal/shared/node/oVqwXL41TO64dmrhpj1fBg/content/08-2018%20-%20Regulamento%20A%C3%A7%C3%B5es%20de%20Extens%C3%A3o%20da%20UFT%20\(Revoga%20a%20Resolu%C3%A7%C3%A3o%20Consepe%20n%C2%BA%2015-2017\).pdf](https://docs.uft.edu.br/share/proxy/alfresco-noauth/api/internal/shared/node/oVqwXL41TO64dmrhpj1fBg/content/08-2018%20-%20Regulamento%20A%C3%A7%C3%B5es%20de%20Extens%C3%A3o%20da%20UFT%20(Revoga%20a%20Resolu%C3%A7%C3%A3o%20Consepe%20n%C2%BA%2015-2017).pdf). Acesso em: 02 out. 2018.

STRECK, Danilo R. Metodologias participativas de pesquisa e educação popular: reflexões sobre critérios de qualidade. **Interfaces**. 2016, v. 20, n. 58, p. 537-547. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-32832016005005101&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 20 out. 2018

Recebido em 26 de junho de 2019.

Aceito em 4 de setembro de 2019.